



o Bloco da Carvalhosa

DESDE A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO MODERNO, a partir de meados dos anos 20, os projetos de habitação coletiva demonstram um gosto pela cultura moderna (urbana, rápida e exposta a novas tecnologias); pela continuidade espacial (os projetos modernos apesar de separarem os espaços e por vezes diferenciarem a altura dos pés direitos e as proporções de cada divisão, conseguem criar mais ou menos intimidade); pela organização funcional (que facilita as tarefas do dia-a-dia); por reduzir e simplificar todo o programa doméstico (que faz aumentar o fluxo dos espaços internos); por inovar todos os elementos relacionados com circulação; por introduzir novos equipamentos, novo mobiliário e novos materiais (que promovem um ambiente mais leve, mais despojado, mais higiénico, com mais luz e mais ar); e finalmente pela importância das relações entre o interior e o exterior.

Ora o **Bloco da Carvalhosa** (Rua da Boavista, Porto, 1945-1950), projetado pelos arquitetos ARMÉNIO LOSA e CASSIANO BARBOSA, representa uma arquitetura moderna cada vez mais capaz de transformar a vida e a sociedade. Os arquitetos modernos acreditam que, ao seu alcance, está a solução dos problemas humanos - através da manipulação de todo o mundo das formas, desde a intimidade do quarto ao desenho das cidades. O problema central do mundo moderno é o problema da habitação.

'Para Arménio Losa os graves problemas das grandes cidades não poderão ser resolvidos à luz dos velhos métodos de urbanismo. (...) Ciência, arte e técnica da organização social das cidades e dos campos, representa o universo supremo da organização do território de modo a permitir o 'desabrochar da pessoa humana'.', Ana Tostões In 'Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50.'

O Bloco da Carvalhosa materializa uma resposta invulgar, pioneira e única a um programa de prédio de rendimento. A sua expressão formal e linguagem inédita (capaz de criar novos paradigmas) concretiza-se pela singular ocupação do lote, pela inteligente orientação dos espaços internos e pela introdução de um pátio interior.

A ocupação do lote garante uma nova relação com a rua - a fachada ao desalinhar concede uma autonomia, uma outra escala ao edifício, uma afirmação urgente de um novo modo de vida, que rompe com a história e com as tradições. O recuo do bloco cria uma zona de transição, tratada com um pequeno jardim.

A solução aproveita (densamente) o lote em profundidade - o projeto inclui jardim, garagens, pátio e edifício com planta em T (para assegurar iluminação e ventilação dos quartos que estão virados a sul, para o interior do lote) e com seis andares (sendo que o rés do chão ao elevar-se cria uma cave habitável e o último andar recua em relação ao pano de fachada).

O Bloco apresenta uma orientação norte/sul - sendo que a fachada norte é a fachada virada para a rua muito movimentada e ruidosa. Por isso, os arquitetos optaram por organizar os espaços internos de modo a que as zonas de serviço se virassem a norte e as zonas de descanso se virassem para a fachada sul, para o silêncio e para o sol. A

distribuição interna assenta numa partição entre os espaços de serviços, os espaços comuns e os quartos. A sala, habilmente encaixada no braço do T e sendo um compartimento amplo, consegue abrir-se para os dois lados (norte e sul). Sendo assim a orientação do bloco segue princípios de comodidade - *'foge-se da rua, caminha-se para a luz e para o ar puro'*. E sem dúvida que uma das mais importantes introduções, neste programa de habitação, foi a conceção dos terraços-solário (uma espécie de jardins suspensos ou sala exterior) e de um pátio interior aberto.

ARMÉNIO LOSA e CASSIANO BARBOSA buscam, assim, com este projeto uma casa que transporta a ideia de conforto para todos, através de uma exigente conceção espacial adequada ao mundo novo da máquina.

Ana Ruepp

in *A Força do Ato Criador*

<https://e-cultura.blogs.sapo.pt/a-forca-do-ato-criador-722689> (24/10/2018)



Descrição

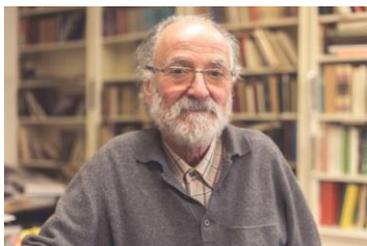
Lemos no processo de classificação como edifício de Interesse Público, que o BLOCO DE HABITAÇÃO COLETIVA DA CARVALHOSA “é uma obra exemplar, construída numa época particularmente complexa e difícil, marcada pela vaga nacionalista do Estado

Novo e pelas angústias e incertezas dos arquitetos portugueses face aos caminhos a trilhar” - é neste contexto que a produção arquitetónica de ARMÉNIO LOSA e CASSIANO BARBOSA se impõe, conseguindo uma coerência que a passagem do tempo tem vindo a consagrar como excecional. Atente-se ao recuo do edifício face ao alinhamento dominante da Rua da Boavista, a surpreendente composição da fachada, o pórtico de entrada e a escultórica escada helicoidal na zona comum abundantemente iluminada... Os apartamentos contrariam a tradição e remetem as zonas de serviço e zonas sociais para o bulício da rua e as zonas privadas para o logradouro, viradas ao sol e à tranquilidade, culminando em amplos terraços pensados como solários.

Localização

Rua da Boavista, 571-573 (Porto)

«Esta rua [das Flores] tinha de tudo, agora está reduzida a esplanadas»



A especulação imobiliária não dá tréguas. No Porto, o alfarrabista João Soares foi forçado a mudar da emblemática Rua das Flores para a Rua Formosa. Apesar de resistir, observa com mágoa a descaracterização da cidade e do património da Invicta.

Foto: João Soares

A história de **JOÃO SOARES** é semelhante à de milhares de moradores e lojistas que deram alma à cidade do Porto. A «casa», como gosta de chamar ao espaço onde há 21 anos gere uma livraria de livros usados, foi vendida. O novo proprietário disse que precisava do espaço e, atira o alfarrabista, «pôs o pessoal a andar daqui para fora».

«A mim, deu-me para ficar aqui até ao final de fevereiro, vai indemnizar-me. Arranjei um espaço mais pequeno do que este e tive que arranjar outro espaço ainda para meter tudo o que tenho». Admite que não fazia ideia de ter tantos livros, tal como não imaginava que um dia teria de abandonar o n.º 40 da mítica Rua das Flores, que «tinha de tudo, em quantidade e em qualidade», e que agora, lamenta, «está reduzida a esplanadas, restaurantes, comes e bebes».

Apesar de algumas exceções, reconhece com mágoa que a rua, mas também a zona histórica envolvente, está a ficar «muito descaracterizada» e que «só com muita sorte» se ouve falar em português. «Se nos sentarmos na esplanada somos atendidos em inglês», revela.

E, se desaparecem as pessoas que faziam parte do Centro Histórico do Porto, João Soares admite que possa vir a desaparecer também a classificação de Património Mundial já que, reforça, «as características que o elegeram estão a desaparecer».

Desde a criação do Balcão Nacional do Arrendamento (BNA), com a aprovação do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), em 2012, registaram-se acima de 8000 despejos a nível nacional, dos quais 1900 no Porto.

Apesar de elevados, os números não chegam a ser oficiais, seja porque os agentes de execução não são obrigados a comunicar a desocupação dos imóveis ao BNA, pelos despejos «encapotados» devido às subidas abruptas dos valores das rendas ou pela não renovação dos contratos.

Uma cidade disfuncional

André Bernardino, do movimento portuense Direito à Cidade, confirma a transformação que tem vindo a ser operada na Invicta. Conta que a cidade «passou a estar configurada para turistas e elites», e que os poucos moradores

que sobrevivem nas zonas mais centrais deixaram de ter serviços capazes de satisfazer as suas necessidades. «Os cafés ou mercearias que passaram a existir são direccionados para outro público, não são para as pessoas que cá moram», denuncia.



A gentrificação acaba por empurrar os moradores para a periferia. Na Baixa do Porto, graças ao NRAU de Assunção Cristas, os preços das rendas subiram cerca de 88% desde 2013. Com vistas para o Douro, a freguesia de Miragaia, que em dois anos perdeu 10% da população, espelha bem as consequências da especulação imobiliária.

O ativista critica ainda Rui Moreira, presidente da Câmara Municipal do Porto, pelo facto de «não ter feito nada» desde a aprovação da nova lei do Alojamento Local, que, afirma, «apesar de não resolver as problemáticas da habitação, nem ser um grande travão à especulação, poderia controlar ou pelo menos atenuar o que está a acontecer».

No passado dia 23 de outubro, Rui Moreira assegurou em reunião da Assembleia Municipal que, ao contrário, por exemplo, da tomada de decisão em Lisboa, a Câmara do Porto não iria restringir novas licenças de alojamento local na cidade.

«Isto é um deslumbramento»

Regressamos à pedonal Rua das Flores, invadida pelo pó das obras e pelo barulho das máquinas, onde deverá ser erguido mais um alojamento local. Na livraria de João Soares, que abandona definitivamente esta morada em 28 de fevereiro, a mudança começa a fazer-se.

Até ser assaltado pela venda do prédio, João Soares pagava de renda 85 euros. Atualmente o valor é de 750 e é também esta a quantia que vai começar a pagar no n.º 231 da Rua Formosa. «Isto é um deslumbramento», refere a propósito dos valores a que chegaram as rendas na Invicta.

Diz que já tem alguns concorrentes na nova morada, mas que isso não o afeta. «Quanto mais melhor e se estivessem todos na mesma zona seria ótimo» porque, explica, «é um risco enorme ir a um alfarrabista isolado que pode não ter o que nós queremos».

Defende que este é um negócio com características «muito especiais» e que nenhuma faculdade ensina a vender livros, sobretudo livros usados, mas que ninguém liga a isso.

«Deixam morrer, como pode morrer uma mercearia ou uma salsicharia, morre também uma livraria. Neste caso não vai morrer, mas vai perder características», reconhece.

Ao alfarrabista, que começou a vender livros na feira de Vandoma, faltam palavras para descrever o sentimento de abandonar a Rua da Flores, mas afirma não ter receio. «Nem sei explicar bem, é uma nostalgia que vou tentar, e tenho tentado vencer, porque isto continua. Eu já não vou andar por cá muitos mais anos, mas isto é para continuar, ficam os meus filhos. O meu medo é já não me habituar bem ao novo traçado, à nova configuração, vamos ver como vai ser», desabafa.

Cozinha à antiga e a actual



Antigamente as cozinheiras dos bons restaurantes portugueses eram umas Senhoras rechonchudas e coradas, em geral já de idade respeitável, com nomes bem portugueses ainda a cheirar a aldeia – a D. Adozinda, a D. Felismina, a D. Gertrudes – e por vezes com uma sombra de buço que parecia fazer parte dos atributos da senioridade na profissão. Tinham começado por baixo e aprendido o ofício lentamente, espreitando por cima do ombro dos mais velhos. E tinham apurado a mão ao longo dos anos, para saberem gerir cada vez com mais mestria a arte do tempero, a ciência dos tempos de cozedura, os mistérios da regulação do lume. A escolha dos ingredientes baseava-se numa sabedoria antiga, de experiência feita, que determinava o que “pertencia” a cada prato, o que “ia” com quê, os sabores que “ligavam” ou não entre si. Traziam para a mesa verdadeiras obras de arte de culinária portuguesa, com um brio que disfarçavam com a falsa modéstia dos diminutivos – “Ora aqui está o cabritinho”, “Vamos lá ver se gosta do bacalhauzinho”, “Olhe que o agriãozinho é do meu

quintal”. Ficavam depois a olhar discretamente para nós, para nos verem na cara os sinais do prazer de cada petisco, mesmo quando à partida já tinham a certeza do triunfo, porque cada novo cliente satisfeito era como uma medalha de honra adicional. E a melhor recompensa das boas Senhoras era o apetite com que nos viam: “Mais um filetezinho?” “Mais uma batatinha assada?”.

Hoje em dia, ao que parece, nestes tempos de terminologias filtradas, já não há cozinheiros, há “chefes”, e a respetiva média etária ronda a dos demais jovens empresários de sucesso com que os vemos cruzarem-se indistintamente nas páginas da “Caras” e da “Olá”. Os nomes próprios seguem um abcdário previsível – Afonso, Bernardo, Caetano, Diogo, Estêvão, Frederico, Gonçalo, ... – e os apelidos parecem um anuário do Conselho de Nobreza, com uma profusão ostensiva de arcaísmos ortográficos que funcionam como outros tantos marcadores de distinção – Vasconcellos, Athaydes, Souzas, Telles, Athouguias, Sylvas... Quase nunca os vemos, claro, porque os deuses só raramente descem do Olimpo, mas somos recebidos por um exército de divindades menores cuja principal função é darem-nos a entender o enorme privilégio que é podermos aceder a semelhante espaço tão acima do nosso habitat social natural. A explicação da lista é, por isso, um longo recitativo barroco, debitado em registo enjoado, em que,

mais do que dar-nos uma ideia aproximada das escolhas possíveis, se pretende esmagar-nos com a consciência da nossa pressuposta inadequação à cerimónia em curso.

A regra de ouro é, claro, o inusitado das propostas culinárias em jogo e, preferivelmente, a sua absoluta ininteligibilidade para o cidadão comum. Mandam, pois, o bom senso e o próprio instinto de autodefesa que se delegue na casa a escolha do menu, sabendo-se, no entanto, que não vale a pena sonhar com que pelo meio nos apareça um pobre cabrito assado no forno, um humilde sável com açorda, ou uma honesta posta de bacalhau preparada segundo qualquer das “Cem Maneiras” santificadas das nossas Avós. Seja o que Deus quiser! E começam então a chegar a “profiterolle de anchova em cama de gomos de tangerina caramelizados, com espuma de champagne”, o “ceviche de vieira com molho quente de chocolate branco e raspa de trufa”, a “ratatouille de pepino e framboesa polvilhada com canela e manjeriço”, e por aí fora, em geral com largos minutos de intervalo entre cada prato e o seguinte, para nos dar tempo de meditar sobre a experiência numa espécie de retiro espiritual momentâneo...

E é de experiência que se pode aqui falar no sentido mais fugaz do termo. Deliciosa ou intragável, a oferta tende a ser, por princípio, “one time only”, porque quando o

empregado anuncia, na sua meia voz enfadada, o “camarão salteado em calda de frutos silvestres e açafraão”, o uso do singular não é metafórico – é mesmo um exemplar único da espécie que se nos apresenta em toda a sua glória, ainda que possa reinar isolado no meio de um prato em que em tempos caberia um costeletão de novilho com os respetivos acompanhamentos. Se se detestar, há pelo menos a consolação de que não haverá qualquer hipótese de reincidência do crime; se se adorar – o que há que reconhecer que muitas vezes acontece – ficará apenas a memória fugidia do prazer inesperado. A função do “chefe” é proporcionar-nos no palato esta sucessão de sensações momentâneas irrepitíveis, todas elas em doses cuidadosamente homeopáticas, um pouco como as configurações sempre novas de um caleidoscópio – ou, se se preferir uma imagem mais forte, como a versão gastronómica de uma poderosa substância alucinogénia, daquelas que faziam as delícias da geração hippie dos anos 60 quando lhe davam a ver, ora elefantes cor-de-rosa, ora hipopótamos azul-celeste. Wow!

Que saudades das Donas Adozindas, das Donas Felisminas, das Donas Gertrudes, mais camponesas ainda do que cidadinas, com a sua sabedoria, as suas receitas de família, a sua simplicidade, a sua fartura, o seu gosto de servir bem, o seu sentido de tradição e de comunidade!

Rui Vieira Nery. Musicólogo português

<https://www.facebook.com/ruivieira.nery/posts/1223231527743361> (07-08.2016)

Séc. XVI – Paço Ducal de Vila Viçosa



Mandado construir em 1501 por D. Jaime, quarto duque de Bragança, o imponente edifício de 110 metros de comprimento da fachada, toda revestida a mármore, que hoje se conhece, só ficou pronto no século XVII. Com a ascensão da Casa de Bragança ao trono, em 1640, o Paço integra as habitações do monarca, registando visitas frequentes da família real sobretudo nos reinados de D. Luís e de D. Carlos, no século XIX, período em que recebe obras de requalificação. Inspirado na arquitetura italiana renascentista, o edifício tem três andares, acolhendo nas suas cinquenta salas, decoradas com frescos e azulejos seiscentistas, importantes

coleções de pintura, escultura, mobiliário, tapeçarias, cerâmica e ourivesaria, para além da importante biblioteca de Manuel II, último rei de Portugal. Com mais de 50.000 volumes, o museu biblioteca dispõe da maior coleção de livros antigos da tipografia portuguesa dos séculos XV e XVI, incluindo primeiras edições de *Os Lusíadas*, *Comentários ao Pentateuco*, *Vita Christi*, *Tratado da Esfera*, *Livro de Marco Polo*, entre outros. Encerrado em 1910 com a implantação da República, o Paço abriu ao público após a criação da Fundação da Casa de Bragança, nos anos 30 do século passado, sendo atualmente um museu de artes decorativa.